

'A ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres serve apenas para enfraquecê-las', diz especialista do King's College

Rosie Campbell, diretora do Instituto Global de Liderança Feminina, afirma que são os membros dos partidos locais, e não os eleitores, são menos propensos a escolher mulheres

[\(O Globo, 03/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

No dia 3 de maio de 1979, Margaret Thatcher era eleita para governar o Reino Unido — uma liderança conservadora e controversa que se estendeu por 11 anos e mudou o país. [Thatcher foi a primeira mulher a governar uma grande potência ocidental](#), mas não abriu espaço para a ascensão feminina na política britânica, que demorou quase 40 anos para eleger outra mulher, Theresa May. O que mudou desde então?

A diretora do Instituto Global de Liderança Feminina do King's College, Rosie Campbell, refletiu sobre os avanços e os persistentes obstáculos do tempo que separa Thatcher de May.

Quarenta anos após a eleição de Margaret Thatcher, mulheres no poder continuam sendo minoria. Quais são os principais obstáculos que as mulheres enfrentam para alcançar posições de liderança na política num país como o Reino Unido?

As mulheres ainda representam menos de um terço dos deputados na Câmara dos Comuns, mas há uma diferença notável entre os dois principais partidos britânicos: 47% dos parlamentares trabalhistas são mulheres, contra apenas 20% dos conservadores. Isso não aconteceu por acaso. Os trabalhistas introduziram listas e cotas para garantir a representação feminina no partido. Pesquisas mostram que o problema não é que os eleitores não queiram parlamentares do sexo feminino, é que os membros locais dos partidos, ou seja, os que decidem a indicação dos candidatos, são menos propensos a escolher mulheres. Eles têm uma ideia preconcebida de quem é o "candidato ideal". Geralmente é alguém branco, do sexo masculino, de classe média e sem deficiências físicas. Lideranças locais atuam contra medidas pela igualdade.

Além disso, há também um ponto subestimado: entrar para o Parlamento exige dinheiro, tempo, flexibilidade e redes partidárias, coisas que normalmente são muito mais difíceis para as mulheres, especialmente se tiverem filhos. Candidatas mulheres também são muito mais propensas a sofrer abuso ou assédio, o que, sem dúvida, impede que algumas delas concorram.

Thatcher não colocou os direitos das mulheres no topo de sua agenda. Quem são as mulheres que estão ajudando a mudar a imagem da liderança política feminina no mundo?

Margaret Thatcher mostrou um pouco mais de interesse pelos direitos das mulheres depois que deixou o cargo e apoiou iniciativas dentro do Partido Conservador quando já não era a líder. Há muitos exemplos atuais de mulheres na política em todo o mundo que estão inspirando novas gerações. A congressista Alexandria Ocasio-Cortez é alguém que claramente inspira jovens mulheres, e também homens, nos Estados Unidos. É um sinal de progresso o

fato de que há tantas mulheres que podem ser indicadas como candidatas democratas à presidência: Elizabeth Warren, Kamala Harris, Kirsten Gillibrand e outras.

A presidente do Instituto Global para Liderança Feminina, a ex-primeira-ministra australiana Julia Gillard, também serviu de inspiração para muitas jovens. Há pesquisas interessantes mostrando que o conhecimento sobre política entre mulheres australianas aumentou significativamente enquanto ela estava no cargo, porque mais mulheres estavam prestando atenção às notícias e ao que ela dizia. Os pesquisadores sugerem que isso mostra como ter mais modelos políticos femininos poderia realmente ajudar a melhorar o conhecimento político das mulheres.

Quarenta anos separam Margaret Thatcher de Theresa May. É possível compará-las?

Há algumas semelhanças. Obviamente, ambas tiveram o seu tempo no cargo definido por disputas sobre a relação entre o Reino Unido e a Europa. Mas também há diferenças importantes: Thatcher era uma outsider que tomou o partido de assalto, enquanto May conseguiu o cargo máximo porque todos os outros candidatos a líder do Partido Conservador se autodestruíram. De certa forma, May também incorpora o chamado fenômeno do “penhasco de vidro”, no qual mulheres são alçadas a papéis de liderança em tempos de crise com uma grande chance de fracasso, como no caso das negociações do Brexit.

Uma outra semelhança entre as duas está no tratamento da mídia, principalmente no que diz respeito ao gênero. Na verdade, pesquisas sugerem que a cobertura da mídia no Reino Unido ficou mais centrada no gênero depois de Thatcher. E esse tipo de ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres, em vez do foco em suas políticas ou profissionalismo, serve apenas para enfraquecê-las.

Claudia Sarmiento

[Câmara aprova anistia a partidos que não investiram mínimo exigido em campanhas femininas](#)

Lei dos Partidos prevê pelo menos 5% dos recursos do fundo partidário para esse fim. Proposta aprovada na Câmara já passou pelo Senado e agora vai à sanção presidencial

[\(G1, 24/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A Câmara aprovou nesta quarta-feira (24) um projeto que anistia partidos políticos que não investiram o mínimo previsto em lei em ações para incentivar a participação da mulher na política.

A proposta, que já passou pelo Senado, vai à sanção presidencial.

A Lei dos Partidos prevê que pelo menos 5% dos recursos oriundos do fundo partidário devem ser aplicados na “criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres”.

As ações podem ser, por exemplo, eventos e propagandas partidárias que incentivem o engajamento das mulheres na política.

De acordo com o projeto aprovado pela Câmara, estarão livres de punição as legendas que não cumpriram a regra, mas usaram o dinheiro para financiar candidaturas femininas até as últimas eleições gerais (2018).

O que diz o STF

Nas eleições do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou os partidos a aplicarem recursos acumulados em anos anteriores voltados para a promoção da mulher na política.

O montante, porém, não podia ser usado para cumprir a cota mínima de 30% dos recursos do fundo partidário nas campanhas das mulheres.

No entendimento do Supremo, recursos de incentivo à participação das mulheres na política são diferentes do dinheiro que financia campanha de candidatas específicas.

O STF tomou a decisão em outubro do ano passado, mesmo mês em que aconteceram as eleições, por isso o projeto aprovado pelos senadores prevê um período de transição.

Outros pontos

Outros pontos previstos no projeto aprovado pela Câmara são os seguintes:

- **Diretórios provisórios** - Caberá ao partido político definir o tempo do mandato dos membros em órgãos internos, permanentes ou provisórios. Os órgãos provisórios poderão durar até oito anos, com rotatividade da diretoria.
- **Servidores** - Os partidos serão anistiados caso devolvam ao Tesouro Nacional cobranças cujas doações tenham sido feitas em anos anteriores por servidores públicos com função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, desde que filiados a partido político.
- **Prestação de contas** - Se o diretório municipal do partido político não movimentar ou arrecadar doações em dinheiro, não precisará prestar contas à Justiça Eleitoral. O dirigente do partido terá que apresentar uma declaração de ausência de movimentação.
- **Responsabilidade** - Pelo texto, “as responsabilidades civil e criminal são subjetivas e, assim como eventuais dívidas já apuradas, recaem somente sobre o dirigente partidário responsável pelo órgão partidário à época do fato e não impedem que o órgão partidário receba recurso do fundo partidário”.
- **Conta bancária** - A direção nacional do partido será obrigada a abrir conta bancária exclusiva para movimentação do fundo partidário e para a aplicação dos recursos mínimos a serem aplicados na promoção da participação política feminina.

Sara Resende e Gustavo Garcia

[Comissão no Senado rejeita fim da cota partidária para mulheres](#)

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado rejeitou nesta quarta-feira, 24, o projeto de lei do senador Angelo Coronel (PSD-BA) que pedia a extinção das cotas partidárias, que exigiam que todo partido tivesse, no mínimo, 30% de candidatas mulheres.

[\(Universa, 24/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Dezenove senadores estavam presentes, sendo três mulheres. A votação terminou em 16 votos contrários contra 2 favoráveis (Simone Tebet, presidente da comissão, não vota). Votaram “sim” o autor do projeto, Angelo Coronel, e a senadora Selma Arruda (PSL-RS). O projeto de lei foi arquivado.

“Projeto desnecessário”

A primeira a falar sobre o PL foi a senadora Rose de Freitas (Pode-ES): “É um projeto desnecessário”, disse, antes de pedir ao senador Angelo Coronel (PSD-BA) que retirasse sua proposta, pedido que foi negado por Coronel. “Existe apenas para deixar as mulheres angustiadas”, disse Rose.

Na sequência, ela citou alguns dos senadores presentes na comissão que, assim como ela, eram contra o PL: “Aqui temos vários senadores feministas, não temos? [Fabiano] Contarato, [Eduardo] Girão, Alessandro Vieira são, né? Só faz um sinal com o dedo”.

Outros oito senadores se pronunciaram, sete contrários à proposta. A única pessoa que a defendeu durante as falas na reunião foi Coronel. Eliziane Gama (PPS-MA) chegou a comentar que ele seria o único voto contrário. E atacou a proposta: “É um acinte, uma agressão às mulheres. Quando li esse texto, nem acreditei”.

Coronel, ao final, ainda reiterou que acredita que as mulheres devem estar no Congresso. “Não sou contra a participação feminina na política, mas precisa ser por mérito.”

O que pedia a proposta?

O projeto de lei 1256/2019, de autoria de Coronel, pedia o fim da exigência feita aos partidos de que sejam reservados, no mínimo, 30% de vagas de candidaturas a um mesmo sexo -não há determinação de gênero na legislação, mas, como o menor número de candidatos é sempre o de pessoas do sexo feminino, a cota é atribuída às mulheres.

A regra é prevista desde 1997 e, desde 2018, a exigência é de que o repasse de verba seja proporcional a essa porcentagem.

Para Coronel, lei de cotas partidárias é uma “imposição” que até hoje não teve resultados práticos. “Nenhuma mulher foi eleita por cotas”, afirma.

Coronel também afirmou, em entrevista à *Universa*, que não há qualquer entrave para que mulheres entrem na política, tampouco machismo ou preconceito. “Grande parte das mulheres não têm o devido interesse pela política”, afirma.

Relator deu parecer contrário e propõe que cotas subam para 50%

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) se disse “radicalmente contra” a proposta e vai além: propõe que as cotas alcancem 50% de candidaturas para cada sexo. O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse, antes da votação: “Só ficarei feliz quando for metade e metade.”

“As mulheres não tiveram as mesmas oportunidades, na política, que os homens. Começaram a votar mais tarde, só em 1932. A proposta da cota é no sentido de corrigir essa desigualdade”, afirma. Segundo o senador, é preciso assegurar a regra atual para garantir participação feminina nos legislativos municipais, nas eleições que ocorrerão em 2020.

Por fim, Contarato rebate o argumento do Coronel, de que as cotas partidárias incitem candidaturas-laranja, e que mulheres estavam sendo usadas para “esse laranjal”: “Há vários candidatos-laranja, sempre teve, inclusive homens. O que tem que ser feito é exigir que órgãos de fiscalização analisem, efetivamente, qual foi a participação de todos os candidatos.”

Cotas garantem mais mulheres no Congresso?

Ainda não há uma pesquisa que afirme se as cotas são ou não efetivas para a eleição de mais mulheres. Em 2018, porém, ano em que foi exigido que o repasse de verba fosse proporcional à porcentagem de candidaturas de mulheres –ou seja, 30% do fundo partidário deve ir para elas– o número de deputadas aumentou.

Entre as federais, foi de 51, em 2014, para 77. Já as estaduais cresceram 35% no mesmo período: foram de 119 para 161. No Senado, elas perderam uma cadeira. Hoje, são 13 de um total de 81.

Camila Brandalise

[As pioneiras que abriram o caminho para as mulheres na política brasileira](#)

2019 entrou para a história como o ano de maior participação feminina no Congresso. Como chegamos até aqui?

[\(Exame, 21/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A polêmica envolvendo o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, e seu suposto envolvimento com candidaturas laranjas do PSL reacendeu uma discussão sobre a regra que define um percentual mínimo de 30% de mulheres nos partidos para disputar eleições.

Após as suspeitas de fraude eleitoral, entrou em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o projeto de lei (PL 1.256/2019) que revoga o percentual mínimo de vagas para homens e mulheres nas eleições.

No entanto, a proposta já teve voto contrário do relator, Fabiano Contarato (Rede-ES), que avaliou a revogação como um retrocesso para os direitos das mulheres.

As discussões sobre as regras eleitorais acontecem justamente em um ano que entra para a história como o de maior participação feminina no Congresso Nacional.

Foram eleitas 7 senadoras, elevando o número em exercício para 12 (veja quadro abaixo). Já na Câmara, foram eleitas 77 deputadas federais.

Entre os homens, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) foi o mais votado do país com 1.843.735 votos. Já as votações mais expressivas de mulheres foram da deputada federal Joice Hasselmann, com 1.078.666 votos, e da deputada estadual Janáína Paschoal, com 2.060.786, ambas do PSL/SP.

No Senado, houve parlamentares que alcançaram quase 700 mil votos, caso da juíza Selma (PSL/MT).



*Senadoras brasileiras em 2019 (Renilde Bulhões assumiu temporariamente o mandato do senador Fernando Collor, afastado por licença médica)

“É um desafio muito grande atuar numa instituição majoritariamente comandada por homens, mas ao mesmo tempo estamos muito unidas para que nossos projetos tenham visibilidade e

possam se destacar”, diz a senadora Maílza Gomes (PP) do Acre.

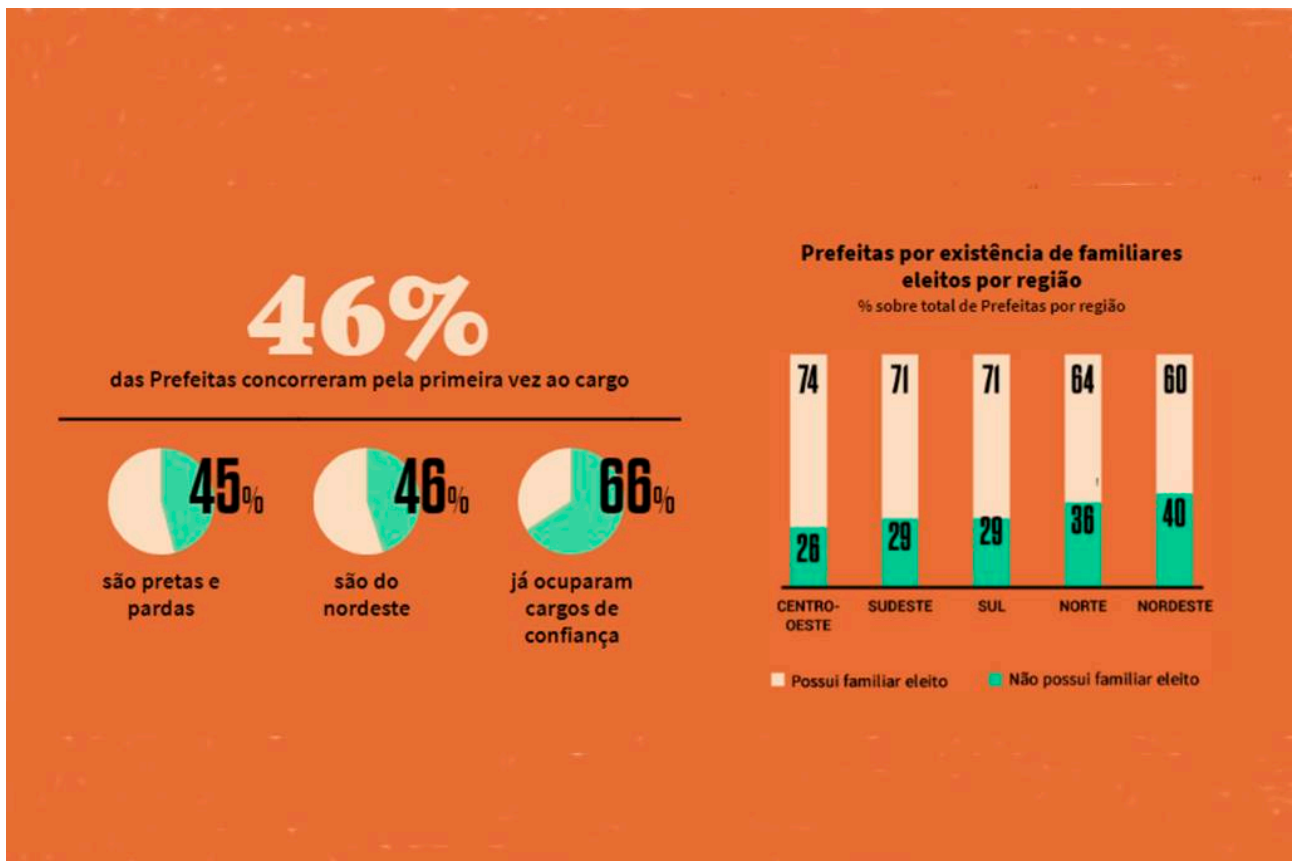
As mulheres foram eleitas para comandar 12% das prefeituras brasileiras na última eleição municipal e apesar de terem na média escolaridade superior aos homens, costumam governar municípios menores e mais pobres.



Os municípios governados por mulheres abrangem 7% da população brasileiras. Do total de prefeitas em exercício, 91% foram eleitas em municípios com até 50 mil habitantes.

Setenta por cento das prefeitas já ocuparam cargos públicos não eletivos ou de confiança principalmente nas pastas de Assistência Social (27%), Educação (20%) e Saúde (18%).

Todas as informações são de um estudo feito pelo Instituto Alzira, organização sem fins lucrativos com a missão de contribuir para o aumento da representação feminina na política.



História

No Brasil, a luta pelo voto das mulheres se consolidou em Mossoró, no Rio Grande do Norte, governado por Juvenal Lamartine. Em 25 de novembro de 1927, aconteceu a primeira concessão de voto à mulher no país.

A professora Celina Guimarães Viana, por meio da lei estadual 660/1917, conseguiu ter seu direito estabelecido, o que depois se estendeu a outras mulheres.

Também no Rio Grande do Norte, Luíza Alzira Soriano Teixeira passa a ser a primeira prefeita eleita no Brasil e em toda a América Latina na cidade de Lajes em 1928.

Em 1932, Getúlio Vargas instituiu o Código Eleitoral Brasileiro, definindo que era eleitor todo cidadão maior de 21 anos, estabelecendo assim, por lei, o direito ao voto feminino. Entretanto, não havia obrigatoriedade das mulheres votarem e tal direito dependia da autorização do marido (!).

Mesmo assim, Carlota Pereira de Queirós se torna em 1934 a primeira deputada federal eleita no país, durante o governo Vargas e representando São Paulo.

“Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas”, disse Queirós em um trecho de discurso em seu primeiro mandato.

A Constituição de 1934 foi outro marco para as mulheres ao consagrar pela primeira vez o princípio da igualdade entre os sexos e proibir diferenças salariais por motivo de gênero.

A Carta também garantiu o direito por insalubridade na indústria e garantias médicas para

gestantes e descanso antes e depois do parto por meio da Previdência Social. Após doze anos, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Nenhuma história da trajetória das mulheres na política brasileira também poderia deixar de citar Bertha Lutz.

Ela começou sua carreira política em 1934, como candidata à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro no Partido Autonomista do Distrito Federal. Com a morte do deputado titular Cândido Pessoa, Lutz assumiu o cargo como suplente e tomou posse em 28 de junho de 1936.

Protagonismo de mulheres levanta questão sobre ‘jeito feminino’ de fazer política

Para cientista política, ideia é “estigmatizante” e “age contra as mulheres”. “É ‘sexismo benevolente’.”

(HuffPost Brasil, 11/04/2019 - acesse no site de origem)

Nos últimos meses, o protagonismo de mulheres na política, seja quebrando tradições como na eleição da primeira presidente da Eslováquia - Zuzana Caputová foi eleita em 31 de março -, ou liderando seus países em momentos de crise, como Theresa May, no Reino Unido, e [Jacinda Ardern](#), na Nova Zelândia, atraíram os holofotes de todo o mundo.

A ideia de que seria possível identificar um “jeito feminino” de fazer política, no entanto, está longe de ser uma unanimidade.

“Eu acho que esse movimento [de mulheres na política] é sempre crescente. Mas eu detesto a aceção de que existe um ‘jeito feminino’ de fazer política”, disse Débora Thomé, cientista política e uma das autoras do livro *Mulheres e poder - Histórias, ideias e indicadores*, ao HuffPost Brasil.

Segundo Thomé, algumas pesquisas essencializam o fato de que, se uma mulher está à frente, há a necessidade de fazer uma política mais “feminina”. Desta forma, quando eleitas, as mulheres fariam o campo da política mais idôneo e ético e teriam, portanto, mais “pureza” para “limpar o jogo sujo” feito pelos homens.

“Política é uma coisa muito mais complexa. Existem mil jeitos de governar. Uma mulher agindo só com base nisso também pode ser vista como fraca. O ponto é: não há evidências de que países que elegem mais mulheres têm menos corrupção. Mas também não há evidências para afirmarmos o oposto.”

Além de Ardern, que teve de responder de forma firme a um recente massacre em mesquitas na Nova Zelândia; e May, que enfrenta um dos momentos recentes mais complicados da política britânica, com o impasse sobre o Brexit; Angela Merkel é exemplo de uma liderança forte na Alemanha, que já se estende por 13 anos. Na África, a Etiópia elegeu Sahle-Work

Zewde, sua primeira presidente, no fim de 2018.



Jacinda Ardern, primeira ministra da Nova Zelândia, em visita recente à China. (Foto: Jackson Lee/Reuters)

Nos Estados Unidos, apesar de o protagonismo não ter chegado ainda à Casa Branca nas últimas eleições, as mulheres têm se destacado nos embates no Congresso, como é o caso das democratas Nancy Pelosi e [Alexandria Ocasio-Cortez](#). Recentemente, a cidade de Chicago elegeu [Lori Lightfoot](#), sua 1ª prefeita mulher, lésbica e negra.

No Brasil, as eleições trouxeram o maior número de deputadas mulheres para o Congresso Nacional. [Foram eleitas 77 parlamentares do total de 513](#), de acordo com dados finais da Justiça Eleitoral. Em 2014, eram 51. O número da última eleição representa crescimento de mais de 50% em relação à anterior.

Já no Senado, 7 representantes femininas tiveram vitória nas urnas. É o mesmo número de eleitas em 2010, última eleição para duas vagas na Casa. Em 2014, onde cada estado tinha uma vaga na disputa, outras 5 ganharam o pleito.

Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um 'estilo feminino' de governar.

Débora Thomé, cientista política

A cientista política Débora Thomé diz não acreditar no que chama de “generificação do poder” e que isso é uma forma de estigmatização que age contra as mulheres. Por outro lado, acredita que elas podem estar mais atentas a outros temas que homens não estão, justamente “pela forma como são socializadas”.

“Eu não acredito nessa ‘generificação’ do poder. Eu acho que é uma forma estigmatizante e que essa ideia age contra as mulheres. Isso é ‘sexismo benevolente’”, diz.

O “sexismo benevolente” ao qual Thomé se refere, é um termo criado pelos psicólogos norte-americanos Peter Glick e Susan Fiske [em um estudo publicado em 1996](#), que explica as consequências que “uma atitude paternalista em relação às mulheres que as idealiza afetivamente” pode ter.

“Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um ‘estilo feminino’ de governar. Eu acho que a gente tem barreiras que impedem as mulheres de chegar aos cargos de poder. Não apareceram Tabatas e Ocasios-Cortez antes porque não havia esse espaço. Agora há. E existem pautas que são caras às mulheres. Como, por exemplo, a pauta da creche.”

Para explicar, a pesquisadora cita o estudo publicado em 2017 pela London School of Economics (LSE) [“Cotas de gênero e a crise do homem medíocre: teoria e evidência”](#), que afirma que a presença de mais mulheres na política aumenta a representação não só por causa das mulheres – mas porque a formação de novos grupos competitivos mexe com a estrutura política e, de certa forma, fortalece a democracia.

Nesse contexto, Thomé acredita que o “o ideal é ter mais mulheres dentro do governo”, por que isso trará “novas características” para a política que é feita.

“Elas estão conseguindo chegar lá de alguma forma. São pessoas que estão alijadas do poder ainda que tenham condições de estar lá. É mais sobre pensar como aumentar essa representatividade, do que se existe ‘jeito feminino’.”

Ter mais ‘representação’ faz diferença para as mulheres?

Um dos efeitos de ter um número significativo de mulheres tanto em altos cargos de comando político ou no parlamento — tanto no Brasil quanto em outros países — é “incentivar outras mulheres” a participarem de processos decisórios e também refutar a tradicional ideia de que “mulheres ainda são ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’” para pertencerem à política.

Esta é a análise da cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos).

“No Brasil a gente tem 15% das cadeiras da Câmara representadas por mulheres. Esse número é alto se comparado a outros países emergentes, mas ainda é muito baixo para o Brasil. Temos que buscar quais são as razões disso”, aponta. “Quanto maior a desigualdade, menor é a possibilidade de ter mais mulheres em ambientes de decisão política.”

Atualmente, o Brasil fica atrás de dezenas de países quanto à presença de mulheres na política. Está na 115ª posição no ranking mundial de representatividade feminina no Parlamento dentre os 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com

base no banco de dados do Banco Mundial (Bird) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Quanto maior a desigualdade, menor é a possibilidade de a gente colocar mais mulheres em ambientes de decisão política.

Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos)

“Quando existem mulheres eleitas em governos parlamentaristas ou até presidencialistas, você está dizendo que mulheres são tão capazes quanto homens. Não existem cargos políticos ‘masculinos’”, afirma. “Isso também mostra para a sociedade que ideias tradicionalistas que colocam mulheres como ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’ são equivocados.”

Para a especialista, o resultado da eleição que elevou a representação das mulheres no Congresso também é fruto de um movimento que “extrapolou a arena político-partidária”.

“As mulheres vêm em uma crescente, se tornando atores fundamentais no processo de ampliação e democratização de espaços de poder, seja ele qual for, desde empresas até movimentos sociais. Essa crescente é algo que pode mudar a mentalidade de lideranças, que hoje ainda são muito machistas.”

O caminho para um parlamento equânime

Denilde Holzacker, doutora em ciência política pela USP (Universidade de São Paulo), aponta que, como no Brasil as mulheres ainda estão entrando na política de forma gradual, o “sexismo benevolente” se faz presente de forma geral.

“De fato, em países como Índia e Brasil, as mulheres ainda precisam lembrar seus colegas de parlamento todos os dias que, sim, elas têm tanta capacidade quanto eles de estarem lá. E isso reforça essa ideia de ‘benevolência’”, afirma. “Agora existe um ambiente com mais mulheres. E isso é bom porque significa que elas podem ser donas da própria história e das próprias opiniões.”

A especialista aponta que, além deste “lembrete”, é importante ressaltar que hoje, especificamente no Brasil, existe uma “nova geração de mulheres na política trazendo bandeiras diferentes do que havia antes”.

“Hoje a gente tem uma nova visão do que é política e que algumas mulheres conseguem expressar de forma clara, trazendo outras bandeiras. Mas também existe um erro em achar que todas trazem pautas feministas. Não é assim.”

Holzacker destaca que um debate que pode colocar em risco hoje a inserção de mais mulheres na política são as chamadas “candidaturas-laranja”.

[Após denúncias sobre partidos terem usado, na eleição de 2018, “candidaturas-fantasmas”](#) de mulheres para atingir o percentual mínimo de candidatas, dois projetos foram apresentados na Câmara com a intenção de acabar com a cota de 30% do Fundo Eleitoral para essas candidaturas.

“A gente precisa ter um outro debate sobre essas mulheres e a participação delas. É

extremamente equivocado apresentar projetos para acabar com os 30%. É preciso discutir isso de outra forma. Por que, ao invés de se debater como aperfeiçoar esse instrumento, pretende-se acabar com ele?”

Andréa Martinelli

De índia a petista, conheça as conservadoras escaladas para o ministério de Damares

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos juntou secretárias de perfis variados para tratar de temas como ensino domiciliar, suicídio e automutilação

(O Globo, 07/04/2019 - acesse a íntegra no site de origem)

Das nove secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), seis são ocupadas por mulheres. Ao contrário do que se vê no Ministério da Educação (MEC), que vive em clima de paralisia criado por uma disputa interna, Damares Alves parece ter conseguido um feito: congregar diversidade em torno de um discurso coeso, de alto teor conservador. Foi do único núcleo de poder feminino no governo Bolsonaro, por exemplo, que saiu a proposta de reforma do ensino à distância. Na semana passada, a ministra foi defender sua visão de “homeschooling” na Câmara, uma pauta que, em outras administrações, poderia ter sido elaborada pelo MEC.

O conservadorismo é o que une as mulheres à frente das secretarias de Damares. Não se fala em feminismo, mas em ouvir mais os homens. A estrutura de proteção à comunidade LGBTI não foi alterada, mas defende-se a família “tradicional”. As protagonistas do MDH são um retrato de muitos Brasis: convivem uma líder indígena, uma amiga da primeira-dama Michelle Bolsonaro que é surda e uma evangélica petista que assinou manifesto em defesa de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. Petrucia Andrade é a única que já discordou, no passado, de Damares em tema central: assinou manifesto em defesa da descriminalização do aborto.

As mulheres de Damares apareceram com desenvoltura no primeiro trimestre no Congresso, no exterior e em cidades do interior anunciando projetos que vão do combate ao suicídio indígena à prevenção da automutilação — ainda que sem apresentar políticas detalhadas.

Uma das iniciativas mais ambiciosas, mas ainda em estado inicial, é a tentativa de parceria com o Facebook e o Google para a criação de um sistema de buscas para crianças desaparecidas.

O GLOBO procurou todas as secretárias, mas três delas não quiseram dar entrevistas. O ministério informou que irá apresentar o conjunto de iniciativas da pasta — que tem orçamento

de R\$ 450 milhões — “no momento que considerar apropriado”.

PF vê participação de ministro do Turismo em esquema de laranjas

Investigação sob sigilo suspeita de falsidade ideológica de Marcelo Álvaro Antônio, que diz haver ilações sem base e confiar na Polícia Federal

(Folha de S.Paulo, 05/04/2019 - acesse no site de origem)

Após 30 dias de investigação, a Polícia Federal vê elementos de participação de Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo, no [esquema de candidaturas de laranjas do PSL](#) em Minas Gerais na eleição de 2018.

Investigadores apuram inicialmente a suspeita do crime de falsidade ideológica. Outro crime em apuração é o de lavagem de dinheiro.

Depoimentos prestados (entre eles o de um nome inédito até aqui), áudios obtidos pela PF e documentos colhidos levam a investigação do caso ao ministro do Turismo do governo Jair Bolsonaro. O próximo passo é aprofundar as investigações para identificar qual foi a participação do ministro em eventuais crimes.

A Folha revelou em fevereiro que Álvaro Antônio, que era presidente do PSL em Minas Gerais na última eleição, [patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas](#) com uso de verba pública eleitoral. Ele nega irregularidades.

O jornal mostrou também outros casos em Pernambuco. O escândalo levou à queda do ministro Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência —ele era presidente nacional do PSL no ano passado.

O presidente Jair Bolsonaro tem dito que a situação do ministro do Turismo causa desgaste para o governo e que espera a conclusão da apuração da PF para decidir o destino de Álvaro Antônio.

Além de depoimentos de candidatas usadas como laranjas, a PF colheu e recebeu documentos que estão sendo considerados importantes para o inquérito —que não tem previsão para ser concluído.

[Zuleide Oliveira](#), 42, de Santa Rita de Caldas (MG), que envolveu o ministro diretamente no caso em entrevista à Folha em março, entregou recibos de pedágio como forma de provar que se deslocou para Belo Horizonte no dia em que disse ter tido uma reunião com Álvaro Antônio, em setembro do ano passado.

Ela reafirmou à polícia que o ministro lhe ofereceu dinheiro do fundo partidário para sua campanha, no valor de R\$ 60 mil, com a condição de que ela devolvesse R\$ 45 mil.

O encontro ocorreu, segundo Zuleide, no escritório do político na capital mineira, em um prédio que exige identificação na entrada, até com foto. A PF busca esses registros.

Três testemunhas que estavam na sala, segundo seu depoimento, também serão ouvidas – e são consideradas peças-chave na apuração.

No celular de Zuleide, que agora está com os investigadores, foram encontrados diversos áudios com dirigentes do PSL de Minas, incluindo assessores de Álvaro Antônio.

Uma outra candidata, Neia Rodrigues, 37, cujo relato ainda não era conhecido, prestou depoimento e disse ter sido usada como laranja também. Ela foi ouvida em Belo Horizonte na semana passada.

Com Neia e Zuleide, já são quatro denúncias feitas sobre o esquema. A Folha também mostrou os relatos de [Cleuzenir Barbosa](#), 47, que disse que o ministro tinha conhecimento do escândalo, e de [Adriana Borges](#), 54, que afirmou ter recebido um pedido de um assessor de Álvaro Antônio para devolver R\$ 90 mil de dinheiro público ao partido.

Depoimentos de uma quinta e uma sexta denunciante são esperados pela polícia nos próximos dias.

O Ministério Público de Minas também investiga o caso.

Reportagem da Folha de 4 de fevereiro mostrou que o ministro patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas em Minas que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

De R\$ 279 mil repassados pelo PSL a quatro candidatas, ao menos R\$ 85 mil foram parar oficialmente na conta de quatro empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores de Álvaro Antônio.

As quatro candidatas foram ouvidas, mas negaram irregularidades ou que tenham atuado como laranjas. A investigação está sob sigilo.

O ministro tem negado participação no esquema e tem dito que seguiu a lei na eleição.

Na semana passada, a reportagem acompanhou sua visita à Câmara para uma reunião na comissão do Turismo.

Ele conversou de forma privada com alguns parlamentares e atacou a imprensa. [“Tirando a Folha de S.Paulo e a Globo, está tudo bem”](#), respondeu a um deputado que o cumprimentou, após a pergunta “opa, ministro, tudo certo?”.

A um dos colegas com quem conversou, disse que a PF não encontrou nada sobre ele na investigação e que o problema são as reportagens da Folha.

Além do caso de Minas, a Folha também revelou situação similar em Pernambuco.

O grupo do atual presidente do PSL, Luciano Bivar (PE), segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, criou uma candidata laranja em seu estado que [recebeu do partido R\\$ 400 mil de dinheiro público](#) na eleição de 2018.

Maria de Lourdes Paixão, 68, que oficialmente concorreu a deputada federal e teve apenas 274 votos, foi a terceira maior beneficiada com verba do PSL no país, mais do que Jair Bolsonaro e a deputada Joice Hasselmann (SP), essa com 1,079 milhão de votos.

A série de reportagens levou o governo à primeira grande crise, [culminando na queda de Bebianno](#) em 18 de fevereiro.

Representante do Ministério Público no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o vice-procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques de Medeiros, defende que, em casos de uso de candidatas laranjas para burlar a cota de 30% de candidaturas femininas, todos os integrantes da coligação sejam punidos com inelegibilidade e/ou perda do mandato.

“Se há algo de errado, cai o conjunto inteiro, todo mundo que participou da fraude e se beneficiou dela”, disse Medeiros à Folha no mês passado.

O TSE começou a julgar em meados de fevereiro um processo sobre laranjas na eleição municipal de 2016. O ministro Edson Fachin pediu vista e a análise deve ser retomada nas próximas semanas.

Em nota enviada por sua assessoria, o ministro disse que “mais uma vez, a Folha de S.Paulo age de forma política e partidária para fazer ilações sem qualquer base. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, aguarda o fim das investigações com tranquilidade e confiança na seriedade e profissionalismo da Polícia Federal”.

Camila Mattoso

Parlamentares lançam frente feminista e antirracista

Será lançada nesta tarde na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Feminista e Antirracista. O novo grupo será coordenado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e tem o apoio do Centro Feminista de Estudos (Cfemea).

(Agência Câmara Notícias, 03/04/2019 - acesse no site de origem)

O objetivo da frente é construir coletivamente mais um instrumento de luta e defesa dos direitos das mulheres, com foco no combate e enfrentamento do feminicídio e todas as formas de violência contra a mulher; debater propostas legislativas de interesse do segmento e discutir mecanismos de ampliação da participação feminina nos espaços de poder.

Associação suprapartidária

Frente parlamentar é uma associação de deputados de vários partidos para debater um assunto determinado. Para ser criada, a frente deve registrar um requerimento com o apoio de pelo menos 1/3 de membros do Poder Legislativo.

O lançamento da Frente Parlamentar Feminista e Antirracista ocorrerá no Salão Nobre a partir das 14 horas.

[Chicago elege sua primeira prefeita negra e homossexual](#)

Lori Lightfoot supera Toni Preckwinkle, também afro-americana, por quase 50 pontos

[\(El País, 03/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Acompanhada por sua esposa e sua filha, a democrata Lori Lightfoot, mulher negra de 56 anos, declarou sua vitória em Chicago nesta terça-feira dizendo que os eleitores tinham feito “história” ao criar um movimento pela mudança que proporcione solução para as altas taxas de criminalidade na cidade, a brutalidade policial e a corrupção endêmica. Mas não só por isso. Pela primeira vez, a cidade de Chicago elege uma mulher, negra e homossexual como prefeita.

Embora Lightfoot, ex-promotora federal e advogada de uma empresa importante, nunca antes tenha desempenhado um cargo eletivo, superou sua adversária, Toni Preckwinkle, também afro-americana, por uma ampla margem de quase 50 pontos, 74% contra 26% dos votos.

A campanha foi dura e com muitas acusações. Nem 30% do 1,5 milhão de moradores registrados foram às urnas, ainda menos que os 34% que votaram no primeiro turno, em fevereiro, do qual participaram 14 candidatos. Lightfoot sucederá a Rahm Emanuel, que em setembro convulsionou a política municipal de Chicago ao anunciar que não concorreria a um terceiro mandato. A permanência na Prefeitura do ex-chefe de Gabinete de Barack Obama foi muito afetada por um caso de violência policial que definiu o restante de sua carreira como prefeito.

Em 2014, um policial branco matou com 16 disparos pelas costas um adolescente afro-americano. O prefeito resistiu a divulgar o vídeo que mostrava o ataque brutal e foi acusado pelos líderes da comunidade negra de encobrir o crime. O policial está atualmente cumprindo uma sentença de quase sete anos de prisão pelo crime de homicídio em segundo grau.

“Estamos enfrentando interesses poderosos”, disse Lightfoot em seu discurso de vitória em um hotel de Chicago. “Quando começamos nossa campanha, ninguém confiava em nossas possibilidades. Agora, vejam aonde chegamos”, acrescentou a prefeita eleita, que prometeu pôr “os interesses de todos os moradores da cidade acima dos interesses de uns poucos privilegiados.”

Preckwinkle, 71 anos, faz parte da máquina do partido democrata e atualmente é a executiva-chefe do Condado de Cook, que abrange a cidade de Chicago, o que pesou contra ela, segundo analistas, já que os eleitores têm procurado romper com o *establishment* político, fartos da violência e da corrupção. “Este pode não ser o resultado que queríamos, mas, mesmo que me decepcione, não estou desanimada”, disse Preckwinkle ao admitir a derrota para Lightfoot.

“Esta é claramente uma noite histórica porque não muito tempo atrás duas mulheres afro-americanas em um segundo turno para a prefeitura seria algo impensável”, acrescentou.

Os eleitores deixaram claro que querem que o próximo prefeito aborde os principais problemas que afligem a cidade de 2,7 milhões de habitantes, especialmente as disparidades econômicas e a violência com armas de fogo, que causa mais mortes do que em outras grandes cidades nos Estados Unidos. Mais de 550 pessoas foram mortas em Chicago no ano passado pela violência de gangues, muitas vezes alimentada pelo narcotráfico, principalmente em bairros negros e com dificuldades econômicas.

Suspeitas de desvios na cota de gênero refletem baixa representatividade feminina na política, apontam especialistas

Brasil ocupa a 133ª posição em ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados. No Senado, dos 54 senadores eleitos em 2018, apenas 7 são mulheres

(O Globo, 19/03/2019 - acesse no site de origem)

Mais de cinco décadas distanciam Josete Martins Ramos, de 76 anos, e Danielle Alves, de 17. A estudante nunca votou, diferente da bancária aposentada, que lembra com boa memória candidatos de eleições passadas. Um pensamento, no entanto, aproxima as duas: faltam mulheres na política brasileira.

A última vez que Josete foi às urnas para votar em uma candidata foi em 2002, quando votou em uma deputada federal. Apesar de reconhecer a falta de representatividade feminina, ela diz que o gênero não faz diferença na hora do voto.

— Precisa ser capaz de exercer o cargo. Se for bem preparado, não importa se é homem ou mulher — opina.

Já Danielle acabou perdendo o prazo de emissão do título de eleitor no ano passado após completar 16 anos. Jovem negra, a estudante acredita que faz toda diferença se uma parlamentar é mulher.

— É preciso que haja mulheres ocupando esses espaços, porque só mulheres sabem o que mulheres passam. Como negra, sinto uma falta de representatividade muito grande. Nossas pautas acabam não sendo colocadas em debate — comenta.

A falta de representatividade sentida não apenas pelas duas, mas por outras tantas mulheres, tenta ser contornada por mecanismos que existem há mais de 20 anos na legislação brasileira. As primeiras cotas de gênero foram criadas entre 1995 e 1997, e pela última edição, obrigam que no mínimo 30% das candidaturas de cada partido ou coligação sejam preenchidas por mulheres. No ano passado, por decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior

Eleitoral, esse mesmo mínimo percentual deve ser reservado dos Fundos Eleitoral e Partidário para financiar candidaturas femininas.

No entanto, casos recentes levantaram suspeitas de que mulheres foram usadas nas eleições do ano passado como 'laranjas' — candidatas de fachada, que teriam entrado na corrida eleitoral apenas para que partidos atingissem o percentual mínimo, e os recursos, destinados por lei ao financiamento das candidaturas femininas, desviados para outros fins, inclusive para candidatos homens.

Para Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE e presidente da Comissão de Direito Eleitoral do Instituto dos Advogados do Brasil, as suspeitas de desvio de verba de financiamento esbarram diretamente na falta de representatividade feminina, e poderiam ser evitadas com a presença de mulheres ocupando cargos nas diretorias e tesourarias dos partidos.

— Não vemos mais do que os 30% exigidos por lei de mulheres sendo candidatas porque os partidos não estão abrindo as portas, não estão possibilitando que as mulheres se lancem candidatas com as reais condições de concorrer. Com democracia intrapartidária, teríamos mulheres ocupando espaços de decisão, participando da divisão do dinheiro do financiamento de campanha, e muitos desvios como esses poderiam ser evitados — diz a ex-ministra.

Professora de Ciência Política da UnB, a professora Flávia Biroli afirma que com [projetos de lei como o do senador Angelo Coronel \(PSD-BA\), que pretende acabar com a cota de gênero](#), promove-se a visão equivocada de que mulheres não querem participar dos debates políticos.

— Mulheres participam de conselhos, protestos, são filiadas a partidos, mas encontram dificuldades para candidatar-se e para eleger-se. Os partidos são estruturas de poder historicamente masculinas, e as lideranças partidárias têm grande poder no Brasil. E nesse ponto, o financiamento público eleitoral aumenta seu poder: elas definem para quais candidaturas irá o recurso — diz.

País avança pouco em representatividade

De um total de 193 países, o Brasil ocupa a 133ª posição no ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados, atrás de países como a Arábia Saudita, onde as mulheres só foram autorizadas a dirigir no ano passado, e só podem trabalhar ou abrir uma empresa ou conta bancária com a permissão de um homem. A informação é produzida pelo organismo internacional Inter-Parliamentary Union, e revela o quão distante o país está do cenário ideal de proporcionalidade em relação ao número de mulheres na população — segundo a projeção do IBGE para este ano, 51% da população brasileira é feminina.

Com as eleições de 2018, o número de deputadas federais aumentou 49% em relação ao último pleito, passando de 51 para 76 parlamentares eleitas. No Senado Federal, onde o primeiro banheiro feminino só foi construído em 2016, mais de 50 anos depois da inauguração do Congresso Nacional, o panorama é o mesmo desde 2010, ano em que ocorreram às últimas eleições de 2/3 da casa: dos 54 senadores, apenas 7 mulheres foram eleitas. Em três estados, não houve nenhuma candidatura feminina para o Senado.

Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades do Instituto de Ciência Política da Unb, a professora Biroli defende que a solução mais adequada para aumentar a presença de mulheres na política seria a reserva de assentos.

— A legislação que temos é uma medida mínima e sua efetividade depende de fiscalização. Sou a favor de uma lei de paridade que reserve 50% dos assentos nos legislativos nacional, estadual e local para mulheres. Assim teríamos, de fato, uma democracia que se organiza pelo princípio de igual oportunidade de participação — avalia Biroli, que também defende que a medida seja adotada pelos partidos — Democratizar os partidos políticos seria muito importante, assim mais mulheres participariam das decisões sobre candidaturas e financiamento, sobre o programa do partido, sua identidade pública e as visões sobre o país que ela promove — explica.

A deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP) apresentou um projeto de lei para garantir às mulheres 50% das vagas em câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado. A proposta foi batizada de Marielle Franco.

— Há muitas mulheres que poderiam estar nesses espaços de poder, mas não estão porque as estruturas políticas brasileiras não favorecem a nossa participação política. Se tiver cota dentro do parlamento, os partidos políticos e a sociedade vão ter que se adaptar, investir em candidaturas femininas, garantir que elas apareçam na televisão, tenham cultura e formação política para competir em igualdade de condições com os homens — defende a parlamentar.

Reeleita para seu segundo mandato, a deputada federal Rosângela Gomes (PRB-RJ) segue o mesmo raciocínio de Bonfim e Biroli. Para ela, o número de mulheres no Legislativo brasileiro é insuficiente e a reserva de assentos nos parlamentos é o caminho que deve ser seguido.

— Faz toda a diferença um parlamento ser equilibrado. Não há democracia sem isso. Com um número semelhante de homens e mulheres, a democracia estará completamente enriquecida — opina.

Rosângela Gomes foi a única mulher eleita para a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu em 2000. Defendendo pautas que se relacionam diretamente ao cotidiano das mulheres, como o combate ao câncer de mama e investimentos em creches, ela lembra de ser hostilizada e de ouvir que aquele “não era lugar de mulher”. Na atual legislatura na cidade da Baixada Fluminense, apenas uma mulher, Renata da Telemensagem (PTC), é vereadora na casa, ao lado de 16 homens.

A reserva de assentos no Legislativo também é defendida por Luciana Lóssio, que acredita que a paridade de gênero se trata de uma questão de direitos humanos.

— Metade da humanidade é feminina, e assegurar o direito das mulheres de serem representadas é um implemento do direito humano de uma minoria que historicamente foi renegada e ocupava um papel secundário. Hoje não há mais espaço para isso — afirma a ex-ministra.

Leticia Lopes, estagiária sob supervisão de Maiá Menezes.